

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 7/XII/ 1.ª SL

Aos 24 dias do mês de Agosto de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das actas nºs 5 e 6, de 2 e 3 de Agosto respectivamente.
2. Projecto de Resolução nº 17/XII/1ª (PCP), que "Recomenda ao Governo a urgente construção do IC35".
 - Apresentação e discussão.
3. Projecto de Resolução nº 28/XII/1ª (PCP), que "Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A22 (Via do Infante)".
 - Apresentação e discussão.
4. Projecto de Resolução nº 31/XII/1ª (BE), sobre "Suspensão do processo de introdução de portagens na Via do Infante".
 - Apresentação e discussão.
5. Distribuição dos seguintes Projectos de Resolução:
 - PJR 40/XII/1ª (PCP) - "Defende a requalificação da ligação ferroviária entre Lisboa e Beja";
 - PJR 43/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego";
 - PJR 44/XII/1ª (BE) - "Recomenda a restauração da ligação directa Beja-Lisboa por comboio intercidades, a electrificação do troço da linha férrea entre Casa Branca e Estação de Ourique e a continuidade da ligação ferroviária entre o Alentejo e o Algarve através do ramal da Funcheira";
 - PJR 45/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego";
 - PJR 51/XII/1ª (PCP) - "Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A23, A24 e A25";
 - PJR 52/XII/1ª (PCP) - "Pela correcta repartição de receita dos passes intermodais e combinados pelos operadores de transportes";
 - PJR 53/XII/1ª (PCP) - "Recomenda uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, SA que permita o relançamento faseado da 2ª fase da rede

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 7/XII/ 1.ª SL

do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa";

- PJR 54/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo o não encerramento das oficinas da EMEF da Figueira da Foz";

6. Distribuição de iniciativas europeias.

7. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das actas nºs 5 e 6, de 2 e 3 de Agosto respectivamente.

A Senhora Deputada Carina Oliveira apresentou algumas sugestões de correcção às actas em apreciação, consensualmente acolhidas, após o que as actas foram submetidas a votação e aprovadas por unanimidade, na ausência da Representante do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes".

Foi debatido o grau de aprofundamento das actas respeitantes a audições, tendo o Senhor Presidente registado as diversas posições transmitidas e remetendo o assunto para uma análise posterior.

2. Projecto de Resolução nº 17/XII/1ª (PCP), que "Recomenda ao Governo a urgente construção do IC35".

- Apresentação e discussão.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o Projecto de Resolução sobre o tema supra-referido, dando conta do seu teor e fundamentos, bem como a recomendação dele constante.

Sobre a matéria objecto da iniciativa, pronunciou-se em seguida o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD), tendo recordado o adiamento sucessivo, pelos Governos anteriores, do troço mais urgente do IC35 (ligação Penafiel – Castelo de Paiva), pelo que considerou que a proposta apresentada pelo PCP, seguindo a estratégia de construção dos 70 quilómetros seria, novamente, a forma mais simplista de adiar a construção de um troço urgente.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) deu conta do empenho do seu Grupo Parlamentar nesta matéria – consubstanciado na apresentação, para breve, de um Projecto de Resolução



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 7/XII/ 1.ª SL

sobre a matéria – e recordou o lançamento do concurso para a concessão do referido IC, posteriormente bloqueado pela então oposição na Assembleia da República.

Por seu turno, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) deu conta do acordo do seu Grupo Parlamentar à iniciativa em discussão, considerando não ser necessário aguardar pelo Plano Rodoviário Nacional para decidir sobre a construção do IC35.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) realçou o longo período de tempo de debate sobre o IC em questão, considerando necessário que o lançamento destas e de outras obras seja feito após o balanço das prioridades e das disponibilidades financeiras para a sua execução.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) recordou que o PSD não é alheio ao estado de crise económica do país, reiterando a necessidade de estabelecer prioridades e que os 12 quilómetros entre Penafiel e Castelo de Paiva terão de ser construídos primeiramente, numa solução enquadrada técnica e economicamente. A Senhora Deputada recordou, ainda, nunca ter o seu GP emitido pronúncia sobre uma estrada em concreto, reforçando a necessidade de coadunação com o PRN.

Enfim, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) recordou o historial de desenvolvimento do processo, nomeadamente o lançamento do concurso para a concessão do IC, pelo XVII Governo Constitucional, tendo a mesma não avançado no âmbito da negociação, com a oposição, da viabilização do Orçamento do Estado para 2010.

Em todas as intervenções, os Grupos Parlamentares realçaram as preocupações de longa data das populações daquela região, bem como o envolvimento dos autarcas locais na defesa e promoção do desenvolvimento económico dos concelhos abrangidos pelo IC35.

3. Projecto de Resolução nº 28/XII/1ª (PCP), que "Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A22 (Via do Infante)".

- Apresentação e discussão.

Sem efeito, devido ao seu agendamento para discussão em Plenário.

4. Projecto de Resolução nº 31/XII/1ª (BE), sobre "Suspensão do processo de introdução de portagens na Via do Infante".

- Apresentação e discussão.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 7/XII/ 1.ª SL

Sem efeito, devido ao seu agendamento para discussão em Plenário.

5. Distribuição dos seguintes Projectos de Resolução:

- PJR 40/XII/1ª (PCP) - "Defende a requalificação da ligação ferroviária entre Lisboa e Beja";
- PJR 43/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego";
- PJR 44/XII/1ª (BE) - "Recomenda a restauração da ligação directa Beja-Lisboa por comboio intercidades, a electrificação do troço da linha férrea entre Casa Branca e Estação de Ourique e a continuidade da ligação ferroviária entre o Alentejo e o Algarve através do ramal da Funcheira";
- PJR 45/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego";
- PJR 51/XII/1ª (PCP) - "Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A23, A24 e A25";
- PJR 52/XII/1ª (PCP) - "Pela correcta repartição de receita dos passes intermodais e combinados pelos operadores de transportes";
- PJR 53/XII/1ª (PCP) - "Recomenda uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, SA que permita o relançamento faseado da 2ª fase da rede do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa";
- PJR 54/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo o não encerramento das oficinas da EMEF da Figueira da Foz";

Relativamente aos referidos Projectos de Resolução, o Sr. Presidente informou que haviam sido remetidos para discussão em Sessão Plenária os seguintes:

- PJR 40/XII/1ª (PCP) - "Defende a requalificação da ligação ferroviária entre Lisboa e Beja";
- PJR 44/XII/1ª (BE) - "Recomenda a restauração da ligação directa Beja-Lisboa por comboio intercidades, a electrificação do troço da linha férrea entre Casa Branca e Estação de Ourique e a continuidade da ligação ferroviária entre o Alentejo e o Algarve através do ramal da Funcheira";
- PJR 51/XII/1ª (PCP) - "Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A23, A24 e A25".

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 7/XII/ 1.ª SL

Foi solicitada informação aos Grupos Parlamentares sobre o eventual agendamento para discussão em Comissão dos Projecto de Resolução:

- PJR 43/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego";
- PJR 45/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo a viabilização dos Estaleiros Navais do Mondego";
- PJR 52/XII/1ª (PCP) - "Pela correcta repartição de receita dos passes intermodais e combinados pelos operadores de transportes";
- PJR 53/XII/1ª (PCP) - "Recomenda uma profunda alteração no financiamento da empresa Metro do Porto, SA que permita o relançamento faseado da 2ª fase da rede do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, incluindo a extensão da Linha Verde, entre o ISMAI (Maia) e a Trofa";
- PJR 54/XII/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo o não encerramento das oficinas da EMEF da Figueira da Foz";

6. Distribuição de iniciativas europeias.

O Senhor Presidente apresentou uma proposta de metodologia interna da 6.ª Comissão quanto ao escrutínio de iniciativas europeias, tendo sido consensualmente acolhida e tendo ainda sido proposto pelo Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) – e igualmente aceite – que as iniciativas não legislativas possam, após manifestação de interesse por um(a) Deputado(a) /GP, ser alvo de debate em Comissão sem a consequente elaboração de relatório.

Nesse sentido, a metodologia aprovada por unanimidade foi a que se apresenta de seguida:

- i. As iniciativas europeias são remetidas pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus aos Presidentes das restantes Comissões. Nessa data, começa a contagem de prazo de 6 semanas para efeito de escrutínio das iniciativas legislativas;
- ii. As iniciativas legislativas são todas alvo de escrutínio, sendo elaborado relatório ou justificado o seu não escrutínio através de uma nota de não escrutínio, sendo um e outro alvo de deliberação em sede de Plenário da Comissão;
- iii. Quanto às iniciativas não legislativas, é remetida uma informação semanal por e-mail sobre as iniciativas remetidas à 6.ª CEOP, para eventual manifestação de interesse por parte dos Grupos Parlamentares com vista ao seu escrutínio;
- iv. Poderá ser elaborado um relatório único para pacotes de iniciativas sobre temáticas conexas.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 7/XII/ 1.^a SL

7. Outros assuntos

7.1. Petições

Relativamente à Petição 8/XII/1.^a - *Pretendem que o Banco de Portugal inicie uma série de estudos e debates tendo em vista a medição da Felicidade Interna Bruta em Portugal*, o Senhor Presidente informou que chegara a resposta do Governo (aguardando-se a resposta do Banco de Portugal) ao pedido de informações ao INE, a ser distribuído a todos os membros da Comissão.

O Senhor Presidente informou, ainda, ter dado entrada na Assembleia a Petição 20/XII/1.^a - *Solicitam a manutenção e o melhoramento dos comboios regionais no Ramal de Cáceres (Torre das Vargens – Marvão)*, cuja nota de admissibilidade será apreciada na próxima reunião ordinária da Comissão, cabendo a elaboração do relatório a um(a) Deputado(a) do Grupo Parlamentar do PSD.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) solicitou o pedido de informações ao Governo e à ERSE sobre o objecto da Petição 140/XI/2.^a - *Solicita que seja criada legislação adequada para que os consumidores portugueses da EDP, EPAL, GALP Energia (gás natural) e Telecomunicações, quando optam pela facturação electrónica, possam usufruir de uma redução percentual nas suas facturas na medida em que tais empresas também têm uma redução de gastos*.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) reiterou o pedido de informações sobre a Petição 98/XI/2.^a, bem como sobre a Petição 170/XI/2.^a, tendo o Senhor Presidente solicitado aos serviços as devidas diligências no sentido de obter respostas.

Enfim, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) solicitou informações sobre o pedido de informações ao Governo sobre o objecto das Petições 171/XI/2.^a e 174/XI/2.^a, tendo sido confirmado o envio do ofício a 5 de Agosto. De igual modo, o Senhor Deputado solicitou as devidas diligências com vista à audição dos peticionários.

7.3. Plano de Actividades, do Regulamento e do Guia de Deputados em Comissão

O Senhor Presidente recordou ter sido distribuído a todos os membros da Comissão os documentos supra-referidos.

7.4. Expediente e outros documentos

O Senhor Presidente recordou, ainda, ter sido distribuído o mapa com o expediente que deu entrada na Comissão durante a primeira quinzena do mês de Agosto, até ao dia 18, bem como



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 7/XII/ 1.ª SL

o mapa com a calendarização das medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, até ao mês de Outubro.

7.5. Deslocações de Deputados da Comissão

O Senhor Presidente deu conta da autorização das deslocações, em representação da Assembleia da República, do Senhor Presidente a Krynica (7 a 9 de Setembro), para participar no Fórum Económico; e a Varsóvia (11 e 12 de Setembro), para participar na Conferência de Presidentes de Assuntos Económicos, sobre Política Energética, bem como a deslocação do Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) a Bruxelas (7 de Outubro), para participar na reunião interparlamentar sobre o “Futuro da Política de Coesão à luz de novas propostas legislativas”.

7.6. Requerimentos

O Grupo Parlamentar do PS deu entrada na Mesa de dois Requerimentos, com vista ao agendamento para apreciação e votação na reunião seguinte da Comissão.

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, em 23 de Agosto de 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 7/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
António Leitão Amaro
Artur Rêgo
Basílio Horta
Carlos São Martinho
Eurídice Pereira
Jorge Machado
Mário Magalhães
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Monteiro de Aguiar
Helder Amaral